



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

CADERNO DE PROVA
PARTE II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 9:
Contador

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de prova.

- 1 Nesta Parte II do seu caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e se os dados identificadores do seu cargo transcritos acima coincidem com o que está registrado em sua **folha de respostas** e em cada página numerada desta Parte II do seu caderno. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Ciência é conhecimento organizado. Sabedoria é vida organizada.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Os dados da tabela abaixo, extraídos do SIAFI, apresentam a execução da LOA de 2009, da Unidade Orçamentária (UO) Fundação Universidade Federal do Pampa, até 28/8/2009.

Órgão – Ministério da Educação/Unidade Orçamentária – UNIPAMPA
(valores em R\$)

subfunção	programa	dotação inicial	autorizado	liquidado	pago
122 - Administração geral	1073 – Universidade do século XXI	3.365.010,00	4.065.010,00	3.263.864,92	2.821.964,16
128 - Formação de recursos humanos	1067 - Gestão da política de educação	406.730,00	406.730,00	501,55	0,00
301 - Atenção básica	0750 - Apoio administrativo	350.000,00	350.000,00	111.993,48	91.456,49
306 - Alimentação e nutrição	0750 - Apoio administrativo	171.898,00	620.309,00	280.137,72	224.359,81
331 - Proteção e benefícios ao trabalhador	0750 - Apoio administrativo	21.574,00	21.574,00	15.285,69	13.439,54
364 - Ensino superior	1073 – Universidade do século XXI	35.974.438,00	45.592.505,00	20.726.307,39	18.468.653,87
364 - Ensino superior	1375 - Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa	50.000,00	50.000,00	1.775,99	1.775,99
365 - Educação infantil	0750 - Apoio administrativo	87.168,00	87.168,00	45.656,73	39.607,92
571 - Desenvolvimento científico	1375 - Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa	2.850.000,00	2.850.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIGA Brasil.

A partir das informações da tabela acima, julgue os itens que se seguem, acerca de orçamento público.

- 51 Caso o gasto efetuado na subfunção Atenção básica seja referente às despesas orçamentárias do atendimento à saúde dos servidores da UNIPAMPA, ele deve ser classificado no orçamento da seguridade social.
- 52 O empenho orçamentário no período foi igual a R\$ 21,7 milhões, ou seja, o mesmo valor que foi pago no período.
- 53 Pode-se atribuir à diferença de R\$ 10.766.478,00 entre a dotação orçamentária autorizada e a inicial a existência de créditos suplementares para os programas Apoio administrativo e Universidade do Século XXI, durante a execução da LOA/2009.
- 54 A liquidação das despesas durante a execução orçamentária consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício.
- 55 As despesas realizadas pela UNIPAMPA com obras, equipamentos e instalações e material permanente não integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, devendo ser classificadas no orçamento de investimento do Ministério da Educação.
- 56 A disponibilização de recursos financeiros para as unidades gestoras é realizada por intermédio de três mecanismos: cota, repasse e sub-repasse. O sub-repasse corresponde à liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade.

RASCUNHO

No debate acerca da economia brasileira, tem sido destacada a elevada carga tributária do país. Nesse contexto, ganha relevância o conhecimento da composição das receitas orçamentárias. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 57** As receitas são classificadas em dois segmentos: receitas correntes e receitas de capital. Essa divisão obedece a um critério econômico, dentro da idéia de demonstrar a origem das diversas fontes. As receitas de capital derivam do exercício de poder, próprio do Estado, de tributar as pessoas e agentes econômicos ou do exercício da atividade econômica.
- 58** Dívida ativa constitui-se nos créditos da fazenda pública, tributários ou não, que — não pagos no vencimento — são inscritos em registro próprio, após apurada sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica. Assim, a dívida ativa compõe o passivo da União, dos estados e dos municípios.
- 59** As operações de créditos, que constituem ingressos nos cofres públicos como receitas correntes, visam atender emergencialmente os desequilíbrios orçamentários e ensejam a formação da dívida pública. Não são permitidas operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

Acerca do processo e do ciclo orçamentário na esfera federal, julgue os itens a seguir.

- 60** Até a edição de lei complementar que regulamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento anual, no tocante ao exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização, o PPA tem como período de execução o início do segundo exercício financeiro do mandato presidencial até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- 61** Considere que o reitor da UNIPAMPA ache insuficiente a dotação orçamentária da universidade para o Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) da União. Nessa situação, o presidente da República poderá enviar mensagem ao Senado Federal propondo modificação no PLOA antes da conclusão da votação da respectiva parte do projeto.
- 62** Com o objetivo de aumentar a dotação orçamentária para a educação, os deputados podem apresentar emendas ao PLOA, cancelando recursos destinados ao serviço da dívida e alocando-os na função Educação.
- 63** A LDO define as prioridades e metas a serem atingidas por meio da execução dos programas e ações previstos no PPA. Para que isso ocorra, entre outras diretrizes, a LDO estabelece as regras que deverão orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 64** No âmbito do PPA, o programa pode ser entendido como um conjunto de operações limitadas no tempo, ou seja, que serão executadas ao longo dos orçamentos que integram o plano. Essas operações resultam em atividade ou projeto, que corroboram para a expansão e o aperfeiçoamento da ação do governo.

Desde seus princípios, a instituição orçamentária foi cercada de uma série de regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade: auxiliar o controle parlamentar sobre o Poder Executivo. Esses princípios receberam grande ênfase e chegaram até os dias atuais, incorporados à legislação.

James Giacomoni. **Orçamento Público**. 14.ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 63 (com adaptações).

Acerca dos princípios que regem o orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 65** O princípio da unidade, também chamado de princípio da totalidade, não é respeitado no Brasil, pois a Constituição Federal (CF) estabelece três orçamentos distintos: fiscal, de investimentos das empresas estatais e da seguridade social.
- 66** A determinação de que a lei orçamentária deve compreender todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada ou as despesas que por intermédio desses órgãos se devam realizar, incluindo-se as operações de crédito, é um exemplo do princípio orçamentário da universalidade no Brasil.
- 67** A vedação constitucional do início de programas ou projetos que não foram incluídos na LOA e a proibição de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA vai de encontro ao princípio da anualidade orçamentária.
- 68** A Desvinculação das Receitas da União (DRU), pelo fato de não estar vinculada a qualquer fundo, ainda que somente contábil, impossibilita a distinção, na execução orçamentária, de qual parcela de recursos é originária de impostos gerais e de qual é referente à desvinculação de recursos. Essa situação fere os princípios orçamentários da discriminação e da clareza no orçamento público.

A respeito de celebração de convênios de natureza financeira e retenção de impostos e contribuições, julgue os itens a seguir.

- 69** Os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas por órgão ou entidade da administração pública federal, referentes ao fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.
- 70** O convênio disciplina a transferência de recursos públicos envolvendo órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, que esteja gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, entre outras finalidades. A transferência de recursos financeiros está condicionada à existência de plano de trabalho previamente aprovado e contendo cronograma de desembolso.

Ao elaborar as demonstrações do fluxo de caixa para fins de atendimento às exigências da Lei n.º 6.404/1976 (com alterações posteriores), o contador de determinada instituição de ensino superior apresentou os seguintes dados, em reais (R\$):

	1.º/1/2008 a 31/12/2008	1.º/1/2007 a 31/12/2007
redução (aumento) em contas a receber	(14.866)	7.480
redução (aumento) em valores mobiliários	207.723	(322.827)
ações em tesouraria	(21.068)	0
adições no intangível	(43.874)	3.004
aquisição de novas faculdades	(82.121)	(20.751)
aumento (redução) em fornecedores	12.764	(250)
aumento em adiantamento de clientes	4.686	1.685
aumento nas demais contas a receber	(8.253)	(9.590)
aumento nos estoques	(1.978)	(870)
aumento (redução) de caixa e equivalentes	6.659	2.453
compras de imobilizado	(78.287)	(11.286)
depreciação e amortização	30.024	8.321
integralização de capital	0	395.695
juros pagos por empréstimos	(289)	(2.268)
lucro (prejuízo) do exercício	30.560	(16.583)
pagamento de empréstimos/financiamentos	(8.181)	(22.092)
redução nas demais contas a pagar	(20.181)	(7.215)
saldo inicial de caixa e equivalentes	2.455	2

Sabendo que a entidade adota a classificação das despesas financeiras dentro do fluxo que lhe deu origem e considerando que a demonstração seja segregada em três fluxos — operacional, de investimentos e de financiamentos —, julgue os itens a seguir.

- 71** O fluxo de caixa das operações é positivo nos dois períodos analisados.
- 72** O fluxo de caixa dos financiamentos é negativo nos dois períodos analisados.
- 73** O fluxo de caixa dos investimentos em 2007 apresenta resultado favorável em decorrência da integralização de capital ocorrida naquele ano.
- 74** Nos anos de 2007 e 2008, as variações (aumentos ou reduções) ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa são demonstradas por dois fluxos positivos e um fluxo negativo.

Julgue os itens que se seguem, considerando as estruturas das demonstrações financeiras obrigatórias, de acordo com a legislação societária (Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores) e com as normas brasileiras de contabilidade.

- 75** A demonstração do resultado do exercício deve incluir o lucro ou o prejuízo do exercício, além de seu percentual por ação do capital social.
- 76** A demonstração do valor adicionado deve evidenciar o valor da riqueza gerada pela companhia e a forma como essa riqueza será distribuída, incluindo-se o valor pago ou creditado aos acionistas a título de dividendos.
- 77** A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deve indicar o montante do dividendo por ação do capital social e pode ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, caso esta venha a ser elaborada e publicada.

RASCUNHO

Determinada instituição de ensino de natureza privada evidenciou em suas notas explicativas os dados, em reais, relativos às suas contas a receber, conforme mostrado na tabela abaixo.

contas a receber	ano 2	ano 1
mensalidades		
faculdades	56.885	47.260
colégios	6.548	1.957
venda de livros	22.057	39.901
provisão para créditos de liquidação duvidosa		
faculdades	8.533	10.528
colégios	655	568
vendas de livros	882	358

Sabendo que essa instituição de ensino está sujeita à legislação societária e considerando os princípios fundamentais de contabilidade, julgue os itens subsequentes.

- 78** O aumento dos saldos das contas a receber – mensalidades gerou caixa para a instituição de ensino no ano 2.
- 79** O valor contábil líquido das contas a receber no ano 1 é inferior a R\$ 77.000,00, porém superior ao valor de custo desse grupo contábil no ano 2.
- 80** Na contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa, deve-se considerar, especialmente, o princípio da prudência, pois são feitas estimativas que envolvem incertezas.
- 81** A redução do saldo da conta provisão para crédito de liquidação duvidosa – faculdades pode ser explicada pela redução da inadimplência dos alunos, visto que o saldo da conta faculdades teve um crescimento, do ano 1 para o ano 2, superior a 25%.

Cada um dos itens de **82** a **85** apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base nos princípios fundamentais de contabilidade.

- 82** Determinada empresa de consultoria técnica-agrícola prestou serviços, no final de dezembro de 2008, para uma vinícola, cujas parreiras haviam sofrido um ataque de pragas. Nessa situação, considerando que a nota fiscal dos serviços só foi emitida na primeira semana de janeiro, a receita deve ser reconhecida contabilmente em 2009, no mês de emissão do documento.
- 83** Nos últimos anos, uma empresa desportiva foi acionada judicialmente por ex-atletas profissionais, ex-empregados e outros credores. Nessa situação, no balanço patrimonial dessa empresa deve constar provisão para contingências cíveis e trabalhistas com base nas estimativas de perdas prováveis elaborada pelos assessores jurídicos, não sendo necessário constituir provisão para perdas relativas aos processos judiciais cujas estimativas de perdas são remotas ou possíveis.
- 84** Determinada empresa comercial do segmento de calçados, até o mês de agosto de 2009, exportou 20 milhões de pares de sapatos, em um valor total de US\$ 100 milhões. Nessa situação, sabendo que as vendas foram realizadas a prazo, a empresa comercial deve efetuar lançamentos contábeis em contas patrimoniais e de resultado, observando os princípios do registro pelo valor original e da atualização monetária, em reais correspondentes ao valor em moeda estrangeira.

- 85** Uma empresa do ramo siderúrgico cujo imobilizado é constituído por diversas usinas realizou, devido à recente crise financeira, testes de recuperação desse imobilizado, com base em projeções de fluxos de caixa descontados que levaram em consideração premissas como custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Nessa situação, como os testes realizados não identificaram qualquer perda por *impairment* para o imobilizado, os ajustes contábeis efetuados para encerramento do exercício limitaram-se à depreciação do período.

Julgue os próximos itens, relacionados à apuração do resultado do exercício.

- 86** Considere que uma empresa tenha apresentado em suas contas de resultado os seguintes saldos finais:
- ▶ despesas administrativas = R\$ 500,00
 - ▶ despesas financeiras = R\$ 200,00
 - ▶ despesas não operacionais = R\$ 300,00
 - ▶ devolução de compras = R\$ 400,00
 - ▶ devolução de vendas = R\$ 100,00
 - ▶ compras = R\$ 1.000,00
 - ▶ estoque final = R\$ 2.000,00
 - ▶ estoque inicial = R\$ 3.000,00
 - ▶ vendas = R\$ 4.000,00

Nessa situação, o resultado líquido apurado no exercício será superior ao estoque final.

- 87** O custo das mercadorias vendidas é formado pelas compras das mercadorias (incluídos todos os custos de aquisição), adicionados os impostos incidentes, mais estoque final, menos estoque inicial.
- 88** A apropriação de despesas incorridas e o ajuste de variação patrimonial são fatos administrativos que afetam indiretamente o resultado.
- 89** Os impostos dedutíveis da receita bruta são identificáveis por incidirem sobre a venda de mercadorias e serviços.

RASCUNHO

estrutura A

ativo financeiro R\$ 40	passivo financeiro R\$ 20
ativo cíclico R\$ 60	passivo cíclico R\$ 100
ativo não circulante R\$ 180	passivo não circulante R\$ 160

estrutura B

ativo financeiro R\$ 60	passivo financeiro R\$ 20
ativo cíclico R\$ 80	passivo cíclico R\$ 100
ativo não circulante R\$ 140	passivo não circulante R\$ 160

estrutura C

ativo financeiro R\$ 60	passivo financeiro R\$ 40
ativo cíclico R\$ 120	passivo cíclico R\$ 80
ativo não circulante R\$ 100	passivo não circulante R\$ 160

estrutura D

ativo financeiro R\$ 60	passivo financeiro R\$ 100
ativo cíclico R\$ 70	passivo cíclico R\$ 60
ativo não circulante R\$ 150	passivo não circulante R\$ 120

Considerando as estruturas patrimoniais A, B, C e D acima, julgue os itens seguintes.

- 90** A estrutura D representa a empresa com o maior índice de liquidez corrente.
- 91** A estrutura C representa uma empresa em desequilíbrio financeiro.
- 92** Apenas duas das estruturas representam empresas com capital circulante líquido (CCL) superior a zero.
- 93** Duas das estruturas representam empresas que têm necessidade total de financiamento permanente (NTFP) iguais.
- 94** As estruturas A e B representam empresas que apresentam risco de insolvência mais baixo do que as empresas representadas pelas estruturas C e D.
- 95** Apenas três das estruturas representam empresas que apresentam saldo de disponível (SD) maior que a necessidade de investimento em giro (NIG).

Julgue os itens a seguir, consoante o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

- 96** O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, entendido como o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não.
- 97** O campo de atuação da contabilidade pública abrange todas as entidades do setor público, que devem observar integralmente suas normas e técnicas próprias.

Com relação à classificação e às características das contas correspondentes às variações patrimoniais, julgue os seguintes itens.

- 98** São contas de resultado orçamentário diminutivo do exercício as contas correspondentes a despesas orçamentárias, interferências passivas e mutações passivas resultantes da execução orçamentária.
- 99** Por não corresponderem a despesas orçamentárias e receitas orçamentárias, as contas de resultado extraorçamentário aumentativo e diminutivo não interferem na situação líquida do patrimônio.

Na administração pública federal, as contas estão estruturadas por níveis de desdobramento, classificadas e codificadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial. Com relação à descrição das classes e grupos de contas, julgue os itens a seguir.

- 100** Na administração pública, da mesma forma que ocorre na contabilidade aplicada ao setor privado, as contas de ativo (classe 1) e de passivo (classe 2) representam os elementos componentes do patrimônio, e seus saldos são acumulados de um ano para outro.
- 101** As contas de despesa (classe 3) e de receita (classe 4) compreendem as contas com função precípua de controle orçamentário, e, direta ou indiretamente, podem vir a afetar o patrimônio da entidade.
- 102** As contas do resultado diminutivo do exercício (classe 5) e do resultado aumentativo do exercício (classe 6) são encerradas ao final do exercício e compõem a apuração do resultado.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das tipicidades envolvidas na contabilização dos atos e os fatos administrativos no âmbito da administração pública.

- 103 A contabilização da previsão da receita enseja registro no sistema de contas de compensação, mediante débito na conta de previsão da receita e crédito na conta de receita a realizar.
- 104 A contabilização da fixação da despesa enseja registro no sistema de contas de compensação, mediante débito na conta de crédito disponível e crédito na conta de despesa fixada.
- 105 A contabilização do ingresso do recurso financeiro enseja registro no sistema de contas orçamentário, mediante crédito na conta bancária e débito na respectiva conta de receita.
- 106 A contabilização da liquidação da despesa enseja registro no sistema de contas financeiro, mediante débito na conta de crédito empenhado e crédito na conta de crédito disponível.

Com relação a características, conteúdo e forma do balancete de verificação, julgue os próximos itens.

- 107 O balancete que se destinar a fins externos da entidade deverá conter nome e assinatura do contabilista responsável, sua categoria profissional e seu número de registro no CRC.
- 108 Entre os elementos mínimos que devem constar do balancete estão os saldos das contas, indicando se devedores ou credores, e a soma dos saldos devedores e credores.

Considere os seguintes dados, em reais, extraídos de determinado exercício financeiro encerrado, relativos ao balanço financeiro de uma determinada entidade governamental.

receita orçamentária	4.380.000,00	despesa orçamentária	4.190.000,00
receita extraorçamentária	620.000,00	despesa extraorçamentária	530.000,00
saldo do exercício anterior	110.000,00	saldo para o exercício seguinte	390.000,00
total	5.110.000,00	total	5.110.000,00

Considerando que tenham sido inscritas como restos a pagar do exercício despesas no montante de R\$ 260.000,00, e que tenham sido pagos no exercício restos a pagar no valor de R\$ 180.000,00, julgue os itens que se seguem.

- 109 O resultado financeiro do exercício apresentou *superavit* superior a R\$ 275.000,00.
- 110 No rol das receitas extraorçamentárias, encontram-se computados os R\$ 180.000,00 de restos a pagar, pagos no decorrer do exercício financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

balanço orçamentário							
receita (em reais)				despesa (em reais)			
títulos	previsão	execução	diferenças	títulos	fixação	execução	diferenças
corrente	620.000,00	540.000,00	80.000,00	orçamentários e suplementares	620.000,00	560.000,00	60.000,00
capital	340.000,00	290.000,00	50.000,00		340.000,00	315.000,00	25.000,00
soma	960.000,00	830.000,00	130.00,00	soma	960.000,00	875.000,00	85.000,00
deficit	0,00	45.000,00	-45.000,00	superavit	0,00	0,00	0,00
total	960.000,00	875.000,00	85.000,00	total	960.000,00	875.000,00	85.000,00

Considerando o balanço orçamentário de uma determinada entidade governamental, mostrado acima, julgue o item seguinte.

111 O resultado orçamentário apurado no exercício foi deficitário em R\$ 130.000,00.

Acerca do processo de gerenciamento e segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue os itens subsequentes.

112 Por motivos de segurança, ainda que autorizada pelo titular da respectiva unidade gestora, a conformidade diária não poderá ser dada por operador que registre documentos no sistema.

113 Uma vez incluídos os dados de um documento no SIAFI e após a sua contabilização, caso seja constatada qualquer irregularidade nesses dados, somente será possível corrigi-la por meio da emissão de novo documento que efetue o acerto.

Com relação ao disposto na Lei n.º 4.320/1964 acerca da contabilidade orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

114 A contabilidade deverá evidenciar em seus registros o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

115 O registro contábil da receita e da despesa terá de ser feito de acordo com as especificações constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

116 O registro dos restos a pagar deverá ser feito por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Relativamente ao processo de controle interno administrativo, julgue os itens a seguir.

117 O controle interno administrativo implementado em uma organização deve prevalecer como principal instrumento de gestão.

118 Quanto menor for o grau de adequação dos controles internos administrativos, maior será a vulnerabilidade dos riscos inerentes à gestão.

Com relação à organização e competências do Sistema de Contabilidade Federal (SCF) contemplado na Lei n.º 10.180/2001, julgue os itens que se seguem.

119 Compete ao SCF, entre outras atribuições, gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

120 Compete ao SCF realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

RASCUNHO